



**Ministério da Saúde e
da Segurança Social**
Direção Geral de Farmácia

Palácio do Governo
CP nº 304, Várzea, Cidade da Praia
República de Cabo Verde
Telef: (+238) 261 01 07

CONSULTORIA PARA A FINALIZAÇÃO DO DOCUMENTO DA POLÍTICA FARMACÊUTICA NACIONAL E ELABORAÇÃO DO SEU PLANO ESTRATÉGICO DE IMPLEMENTAÇÃO

TERMOS DE REFERÊNCIA

Agosto de 2017

1. TÍTULO	3
2. CONTEXTO.....	3
3. OBJETIVOS	4
4. METODOLOGIA	4
5. ATIVIDADES	4
6. RESULTADOS	5
7. CONSULTORIA	5
8. RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA.....	5
9. CONDIÇÕES GERAIS	6
10. DURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	6
11. PRAZO DE CANDIDATURA	6
12. INFORMAÇÕES	6

1. TÍTULO

Consultoria para a finalização do documento da Política Farmacêutica Nacional e elaboração o seu plano estratégico de implementação.

2. CONTEXTO

Uma Política Farmacêutica Nacional (PFN), bem como o seu plano de ação ou implementação, constitui um compromisso do Estado para com a Saúde dos seus cidadãos. A Política Farmacêutica Nacional expressa e prioriza as metas a médio e longo prazos, estabelecidas pelo Governo para o setor farmacêutico, abrangendo os setores público e privado e implica todos os intervenientes no âmbito lato do setor farmacêutico.

A PFN constitui parte integrante da Política Nacional de Saúde, devendo os seus objetivos estar alinhados e ser congruentes com os da saúde pública em geral, de forma a atingir os determinantes de saúde definidos e alcançar ganhos substanciais na melhoria da saúde da população.

Considerando a importância que a disponibilidade permanente de medicamentos seguros, eficazes e de boa qualidade têm no funcionamento dos serviços de saúde e de seu impacto na confiança da população, o objetivo principal da PFN é o de estabelecer as linhas mestras que permitam desenvolver o potencial que os medicamentos e outros produtos farmacêuticos têm para melhorar o estado de saúde da população, potenciando ao mesmo tempo a criação de condições para a consolidação do próprio setor corporizado pelos seus intervenientes diretos e indiretos.

Uma boa PFN deverá permitir ao Ministério da Saúde e da Segurança Social e aos diferentes parceiros coordenar e orientar as suas intervenções de forma harmónica e organizada, assegurar uma utilização racional dos medicamentos e de outros produtos farmacêuticos ao conjunto da população, promover a confiança nos serviços de saúde e contribuir para o integral cumprimento da missão do Ministério da Saúde e Segurança Social para com os cidadãos cabo-verdianos.

Neste contexto, a equidade, a eficiência e a provisão das necessidades dos doentes são alguns desses objetivos.

A PFN 2003 foi um importante passo na afirmação da importância que este instrumento orientador desempenha na criação de sinergias no desenvolvimento integrado das políticas de saúde. No entanto, volvidos 14 anos, as transformações e as dinâmicas têm vindo a acentuar cada vez mais a necessidade da sua atualização, imprimindo e reformatando as orientações, alinhando-as com a nova visão de todo o sistema de saúde e, ao mesmo tempo, introduzindo instrumentos de monitorização e de avaliação, enquanto sinalizadores do cumprimento das premissas emanadas pela PFN.

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2016 (PNDS 2012-2016), a DGF delineou o plano estratégico para o setor farmacêutico e tem vindo a regulamentar de forma avulsa alguns instrumentos da PFN. Do mesmo modo, iniciou o processo de revisão da PFN, tendo elaborado uma proposta de documento da PFN inconclusiva que necessita ser revista e finalizada, de forma a poder integrar a nova visão de gestão e evolução de todo o sistema farmacêutico onde todos os intervenientes e subsectores são tidos em devida conta.

A proposta de documento da PFN deverá ser amplamente discutida e socializada, especialmente com os intervenientes do setor farmacêutico propiciando, desta forma, a assunção e o engajamento por parte de todos que, por sua vez ditará a boa execução e promoverá os consensos necessários a uma boa governação do setor farmacêutico em Cabo Verde.

3. OBJETIVOS

A consultoria tem como objetivos principais:

- A finalização da proposta do documento de revisão da Política Nacional (documento base a ser fornecido pela DGF);
- A elaboração do Plano Estratégico de Implementação, seguimento e avaliação, assim como a sua orçamentação para a sua implementação da PFN.

4. METODOLOGIA

A equipa deverá determinar a metodologia mais apropriada para o desenvolvimento dos produtos, que poderá incluir a participação de outras autoridades, entidades ligadas direta ou indiretamente ao setor farmacêutico e outras que forem consideradas pertinentes.

A equipa de consultores trabalhará em articulação com a equipa responsável pela coordenação dos trabalhos criada na DGF, para o efeito e para elaboração do Relatório Final.

5. ATIVIDADES

- a) Pesquisa comparada dos modelos utilizados por outros países;
- b) Análise das lacunas existentes e da necessidade de sua supressão;
- c) Elaborar o calendário e metodologia de trabalho, em coordenação com a equipa da DGF;
- d) Finalização das propostas de documento da PFN e do seu respetivo Plano Estratégico de Implementação;
- e) Apresentação do Relatório Final e dos documentos produzidos.

6. RESULTADOS

Os resultados esperados da consultoria são os seguintes:

- a) Documento de PFN finalizado e pronto para aprovação e publicação;
- b) Plano Estratégico de Implementação elaborado e orçamentado.

7. CONSULTORIA

Número de consultor: 2

Perfil do consultor:

- Pós-graduação em Saúde Pública
- Especialista em regulamentação farmacêutica e sistemas de saúde
- Com vasta experiência e competências na área de regulação e regulamentação de Políticas Farmacêuticas

Qualidades:

- Boa capacidade de comunicação
- Capacidade de trabalhar em equipa
- Transmissão de conhecimentos
- Supervisão
- Análise e resolução de problemas
- Pro-atividade e dinamismo

Tipo de contrato: contrato individual (CI)

Local: Cabo Verde

Requerido: Língua portuguesa

8. RESPONSABILIDADE PELA SUPERVISÃO DA CONSULTORIA

A supervisão da consultoria é assegurada pela equipa criada na DGF.

Todo e qualquer material produzido como resultado da consultoria, em qualquer formato (escrito, gráfico, áudio, visual, eletrónico), são propriedade da DGF.

9. CONDIÇÕES GERAIS

O Ministério da Saúde e Segurança Social deve disponibilizar aos consultores os meios necessários à realização da consultoria.

10. DURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica terá a duração de 4 meses de trabalho, a contar da data de constituição da equipa.

11. PRAZO DE CANDIDATURA

O período de candidatura termina no dia 17 de agosto pelas 16h00, horário local.

Não serão aceites candidaturas fora do prazo.

12. INFORMAÇÕES

Para mais informações e esclarecimentos, contactar a gestora do processo, Dr^a Cheila Barros (cheila.barros@ms.gov.cv)

Praia, 01 de agosto de 2017.

O Diretor Geral de Farmácia



/ Eduardo J. M. Tavares /

